Design do mobiliário urbano na cidade de Uberlândia (MG): Estudo de caso e diretrizes para projeto e gestão

Design of urban furniture in the city of Uberlândia (MG): Case study and guidelines for design and management

FONTES, Mateus Finotti; Mestrando em Arquitetura e Urbanismo; PPGAU - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
mffarch@gmail.com

PEREIRA, Juliano Aparecido; Doutor; PPGAU - Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Julianopereira.arq@ufu.br

Resumo:

Os mobiliários urbanos são elementos integrantes dos espaços públicos e vias das cidades. Além de suas características funcionais e de usabilidade, contribuem para a construção da imagem e identidade que se tem das cidades. A sua produção e instalação, geralmente, são atribuições das prefeituras municipais ou, se realizadas pela iniciativa privada, estão sujeitos à regulamentação deste órgão público. Este artigo pretende apresentar algumas relações entre produção e gestão do mobiliário urbano na cidade de Uberlândia (MG) e tomar como estudo de caso os mobiliários realizados e implantados recentemente em um parque público denominado Parque Linear do Córrego Lagoinha e alguns pontos de ônibus implantados nas vias públicas da cidade. A abordagem metodológica adotou como referenciais teóricos autores como Bruno Munari e Bernd Löbach. O objetivo principal do trabalho é apresentar diretrizes de projeto desses produtos que possam balizar ações de projetistas bem como o processo de gestão municipal desses equipamentos.

Palavras Chave: mobiliário urbano; design e cidade; diretrizes para projeto e gestão.

Abstract

Urban furniture is an integral part of public spaces and city streets. Besides their functional characteristics and usability, they contribute to the construction of the image and identity that one has of the cities. Its production and installation are usually attributions of municipal municipalities or, if carried out by private initiative, are subject to the regulation of this public body. This paper intends to present some relationships between the production and management of urban furniture in the city of Uberlândia (MG) and take as a case study the furniture made and recently implanted in a public park called Córrego Lagoinha Linear Park and some bus stops located in the streets of the city. The methodological approach adopted as theoretical referents authors such as Bruno Munari and Bernd Löbach. The main objective of the work is to present design guidelines for these products that can guide actions of designers as well as the process of municipal management of these equipments.

Keywords: urban furniture; design and city; guidelines for design and management.

Introdução

O artigo objetiva uma aproximação ao conceito de mobiliário urbano para a cidade de Uberlândia/MG no entendimento dos órgãos públicos, responsáveis por projetos e gestão dos equipamentos, além de uma avaliação de alguns equipamentos tendo como metodologia a ficha de análise descrita por Munari (2008).

De acordo com o texto da Lei Nº 10.098/2000, a definição de mobiliário urbano é “conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação” (BRASIL, 2000). Sendo assim, Kohlsdorf os classifica com “características de maior mobilidade e menor escala” (KOHLSDORF, 1996).

A cidade, sendo composta por espaços públicos com valores e características particulares e distintas, é compreendida:

... como paisagem artificial criada pelo homem, [...] composta por ruas, praças, avenidas, casas, edifícios, parques e praças, constituída por objetos e imagens influenciados pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões (Maranho, Oliveira Junior, 2016).

Neste contexto, pode-se entender a função dos mobiliários urbanos como integradores da paisagem e do espaço urbano, sendo uns dos “principais responsáveis pela imagem dos lugares” (KOHLSDORF, 1996) a fim de facilitar tanto o percurso como a estada do usuário. Deste modo, sua proposta deve primar pela criação de um desenho mais agradável e funcional, que possibilite ao usuário uma leitura positiva em relação à integração entre mobiliário urbano e seu entorno. Nessa perspectiva, grosso modo, mobiliário urbano é composto por elementos que, por meio da usabilidade e estética contribuem para a integração da imagem urbana, podendo ser complementos de edifícios ou espaços públicos, de forma a transmitir maior conforto e comodidade aos usuários. Assim, partindo do princípio de que “no âmbito da percepção ambiental, cabe salientar a importância dos atributos físicos e dos significados da paisagem na relação entre esta e o mobiliário urbano, para a existência de uma paisagem qualificada” (John, 2010), cada cidade deve ter um desenho de mobiliário com qualidade e identidade, atendendo as suas necessidades com excelência, o qual, se funcionar devidamente poderá se tornar ícone e marco da mesma.

1. Mobiliário urbano sob a perspectiva da Prefeitura Municipal de Uberlândia

Para analisar criticamente a estética e uso dos mobiliários urbanos instalados na cidade de Uberlândia/MG, antes de tudo deve-se entender o porquê dos equipamentos instalados na cidade.

A estética da cidade e o conforto dos cidadãos na mesma são intrinsecamente ligados ao mobiliário urbano, já que “o projeto do espaço deve estar embasado em características físico-espaciais que correspondam às necessidades das pessoas” (John, 2010).

O entendimento do poder público sobre o assunto tem importante contribuição para o conforto e a estética da cidade, já que o principal ator relacionado à instalação dos mobiliários urbanos partem desta esfera, ou então é responsável pela sua regulamentação, quando este é instalado pelo interesse privado. Neste âmbito, segundo Mourthé (1999) existe diversificação nas políticas públicas, sendo que nosso “país ainda está tateando na busca de melhor orientação em

relação aos papéis do poder público e dos vários segmentos da sociedade envolvidos nesta grave questão”. Ainda segundo Mourthé quando a questão é tratada com preocupação em relação ao planejamento geral da cidade e atuação sistemática o resultado é uma adequação mais harmoniosa entre mobiliário urbano e cidade, lhe dando mais personalidade.

Foram feitas diversas visitas à PMU¹ com o intuito de pesquisar como é tratado o tema pela mesma, quais setores responsáveis, aquisição, manutenção e afins. Desta forma, foi elaborado um questionário para investigar o funcionamento do assunto dentro do poder público municipal de Uberlândia/MG.

Numa primeira aproximação observou-se que a PMU é dividida em vários setores que abordam assuntos específicos. No caso do tema mobiliário urbano, este não é atribuído a um único setor, sendo dissipado em diversos setores que tratam do assunto de acordo com as suas atribuições, além de ser observado também se existe a comunicação entre eles. A partir de então, foi aplicado um questionário padrão com o objetivo de serem realizadas entrevistas, já que “é fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade” (Gil, 2002). As entrevistas tiveram um perfil de conversa não oficial, caracterizando-se “como *informal*, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados” (Gil, 2002). O questionário contém 17 (dezessete) questões que abordam desde a fase de projeto até a fase de manutenção dos mobiliários urbanos da cidade.

Foram alvo de entrevistas várias secretarias municipais, sendo que para este artigo serão observados os resultados encontrados pelas entrevistas na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SeTran) - Diretoria de Transporte e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMMADU).

1.1. Critérios de Análise

Os critérios de análise foram determinados para construção de subsídio para se entender os princípios de projeto de objeto e de sua implantação na cidade, questões que deverão ser estudadas, aprofundadas pela pesquisa, bem como o processo de gestão. Os critérios adotados para a análise foram:

- Do Conceito;
- Das Atribuições;
- Da Importância e Normatização;
- Da Estética;
- Da Aquisição;
- Da Implantação;
- Da Iniciativa Privada;
- Da Manutenção.

1.1.1. Do Conceito

Partindo do entendimento do conceito de mobiliário urbano sob o ponto de vista dos setores da PMU, podemos observar que na maioria dos casos é entendido apenas pelo ponto de vista de suas atribuições, não possuindo um entendimento geral do tema, ou seja, conceituam

¹ Prefeitura Municipal de Uberlândia

com base apenas em suas atribuições enquanto secretarias, sem uma base geral, que aborde questões normativas ou legislativas. Apenas no caso da SMMADU, verificou-se que é adotada a definição da NBR 9050/2015, que refere ao mobiliário urbano como sendo o:

Conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

1.1.2. Das Atribuições

Na PMU não existe um órgão responsável exclusivamente pelo mobiliário urbano disposto nos espaços públicos da cidade. Em cada uma das Secretarias acima relacionadas, existe um grupo de peças de mobiliário urbano sob sua responsabilidade e que se relacionam com suas atribuições administrativas sobre o espaço urbano. Quanto à distribuição das atribuições nos setores (Quadro 01), fica claro que cada um é responsável apenas pelo que lhe é relevante, valendo salientar que cada setor rege e estabelece normas e diretrizes específicas para os mobiliários urbanos que são de sua responsabilidade, do que se pode entender, como foi afirmado anteriormente, que não existe um setor em comum para análise dos mesmos, o que contribui para a falta de unidade dos equipamentos. Sendo assim, observa-se a não eficácia na comunicação de setor para setor no que diz respeito ao mobiliário urbano, o que gera também a diferenciação no trato com os equipamentos, podendo ocasionar um aspecto heterogêneo, em sentido negativo, e falta de organização no que diz respeito à imagem da cidade. O quadro a seguir, apresenta os mobiliários urbanos da cidade de Uberlândia/MG e as Instituições públicas (abordadas por este artigo) e suas ramificações por eles responsáveis.

Quadro 01 – Atribuições dos mobiliários urbanos da cidade de Uberlândia/MG por Instituições públicas e suas ramificações

INSTITUIÇÃO	SECRETARIA	DIRETORIA	MOBILIÁRIO ATRIBUÍDO
Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU)	Secretaria de Transito e Transporte (SeTran)	Diretoria de Transporte	- Pontos de Parada de ônibus; - Abrigos de espera de ônibus; - Estações de espera de ônibus; - Terminais de Integração; - Ônibus.
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMMADU)		- Assentos; - Lixeiras; - Bebedouros; - Bicletários; - Pergolados.

Fonte: Autor

Sobre as atribuições, a SeTran é dividida em duas diretorias, sendo de responsabilidade da Diretoria de Transporte o que estiver relacionado ao transporte público, como pontos de parada de ônibus, abrigos de espera de ônibus, estações de espera de ônibus, terminais de integração (Terminal Central, Terminal Pampulha, etc.) e os próprios ônibus que também são considerados como mobiliário urbano para essa Diretoria.

Dentro da SMMADU, é de sua responsabilidade todo e qualquer mobiliário a ser implantado nas praças, áreas verdes, áreas de recreação, áreas de preservação e parques tais como, assentos, lixeiras, bebedouros, bicicletários, pergolados, etc. Além de existir dentro da Secretaria um setor responsável pela iluminação pública, porém é designado ao setor apenas o que diz respeito à projeto luminotécnico da cidade, também é de sua atribuição a manutenção da iluminação pública da cidade, portanto no que diz respeito às outras questões (instalação, manutenção do equipamento e afins), a atribuição é da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG).

1.1.3. Da Importância e da Normatização

Considerando que “todo mobiliário urbano, passa a diferenciar e a valorizar o espaço público, definindo padrões de qualidade nas cidades e as identificando” (Marghani, Monteiro e Tanure, 2010), estes devem ser entendidos como de suma importância para o ambiente urbano, em seus aspectos formais e funcionais.

Durante as entrevistas foi observado que, para o poder público, a importância dos equipamentos é principalmente condicionada às suas funções, sendo que na SeTran o atendimento ao usuário é a maior contribuição do mobiliário urbano, como a passagem de informações de forma prática, correta e segura, além da contribuição com o trabalho realizado pelo transporte público para o atendimento ao público. Na SMMADU a contribuição à urbanização e humanização dos espaços é de clara importância, possibilitando espaços para atividades, como lazer e entretenimento, trazendo assim, qualidade de vida aos usuários. Porém a PMU não dota de nenhuma legislação específica geral a respeito do mobiliário urbano, que é deixado a cargo de outras normas que definem outros aspectos com conotações mais técnicas, como por exemplo, a SeTran, na Diretoria de Transporte que conta com legislação que aborda o transporte público em geral e no caso da SMMADU é utilizada a NBR 9050/2015 como referência.

1.1.4. Da Estética

Dentro da PMU, vemos que já existiu por algumas vezes, tentativas de implementação de um mobiliário urbano único e exclusivo para a cidade, porém sem sucesso no que diz respeito à sua continuidade de gestão. No entendimento da Assistente Administrativa² da SMMADU “a estética e a funcionalidade devem caminhar de forma harmônica, apesar de que o julgamento de padrões estéticos sempre será subjetivo”. Em sua Diretoria de Transporte, a SeTran utiliza dois tipos de abrigos de pontos de ônibus, um de concreto (Figura 1), que já vem sendo usado por vários anos e outro metálico (Figura 2), adotado recentemente. Cumpre destacar que nenhum destes equipamentos foram desenvolvidos especificamente para a cidade, mesmo que no caso do abrigo de concreto este já esteja inserido na paisagem da cidade por ser muito difundido e usado por vários anos. Porém, existem situações onde, segundo a SeTran, foi pensando em um projeto para estes equipamentos, como exemplo, um dos primeiros projetos dessa natureza se encontra na Av. Monsenhor Eduardo, conhecida na Secretaria como Corredor Estrutural de Transporte Público (Figura 3). Além deste, outros exemplos são os projetos das estações da Av. João Naves de Ávila (Figura 4) já implantado e da Av. Segismundo Pereira (Figura 5), que ainda não foram inauguradas. Estes são exemplos onde o projeto contemplou (no caso do mobiliário urbano) equipamentos específicos: os abrigos de espera de ônibus e estações de espera de ônibus.

² Entrevista concedida a este pesquisador em 24/10/2017, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Figuras 1 e 2 - Abrigos de espera de ônibus de concreto e metálico implantados pela PMU.

Fonte: Autor

Figura 3 - Corredor Estrutural de Transporte Público, Av. Monsenhor Eduardo implantando pela PMU.

Fonte: Autor

Figuras 4 e 5 - Estações Corredor Av. João Naves de Ávila e Corredor Av. Segismundo Pereira (não inaugurado)

Fonte: Autor

Existe também o projeto implantado no início da Av. João Pinheiro (Figura 6), região central da cidade. Neste projeto foram contempladas placas de sinalização, bancos, lixeiras e floreiras, sendo inclusive implantados em alguns pontos *pocket parks*, esse projeto foi um piloto para uma tentativa de implantação de uma nova tipologia de mobiliários urbanos, porém não foi levada adiante e hoje se encontram em estado pouco adequado ao uso. Outro projeto nessa natureza é o Projeto de Requalificação da Área Central e Fundinho, que além de outras coisas, contempla os mobiliários urbanos da região, projeto feito em 2009, mas que não foi implantado.

Figura 6 - Equipamentos Av. João Pinheiro.

Fonte: Autor

1.1.5. Da Aquisição

Quando falamos de aquisição de produto através do poder público, entramos no âmbito das licitações. A Lei 8.666/93 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública é comum aos setores, sendo que as licitações contemplam execução, instalação e manutenção (no caso de reparos) dos mobiliários urbanos. Porém em alguns casos a própria prefeitura confecciona e instala os equipamentos, caso da SMMADU, por exemplo, que conta com equipe para a fabricação de alguns equipamentos.

1.1.6. Da Implantação

Quanto à instalação, “o mobiliário ou equipamento urbano implantado numa cidade pode ser visto como um elemento de decoração, e traz consigo a função que o identifica e o qualifica como um prestador de serviço à comunidade, tornando-se assim imprescindível no meio urbano” (Tessarine, 2008). A implantação destes equipamentos se dá, na maior parte dos casos, na calçada, porém a inserção desses mobiliários deve ser estudada para que suas dimensões e implantações não atrem com os diversos elementos da paisagem. Um abrigo de ônibus mal implantado em uma calçada estreita bloqueia não só a passagem, como a visão do observador.

No caso da cidade de Uberlândia, a PMU, através da Lei Municipal Nº 10.686/2010, estabelece a calçada como sendo dividida em duas áreas, sendo elas a área de serviços que, “deverá ser contígua ao meio-fio para uso específico de infraestrutura, instalação de mobiliário urbano e arborização”, e a área de circulação que, “destina-se exclusivamente ao trânsito de pedestres, não podendo ser atribuído outro uso, mesmo que temporário”. A largura de faixa de serviço estabelecida pela Lei é de no mínimo 1,20m (um metro e vinte centímetros), porém em calçadas com largura inferior a 2m (dois metros), é permitido o mínimo de 55cm (cinquenta e cinco centímetros).

Sobre os equipamentos, a SeTran utiliza em sua Diretoria de Transporte normas técnicas para confecção e implantação dos equipamentos, sendo que sempre é feito um projeto do local de instalação dos equipamentos definindo local de instalação, metragens e afins. Hoje são mais de 3.000 (três mil) pontos de parada de ônibus. O ideal seria que todos os pontos de parada de ônibus tivessem abrigos, porém, pela alta demanda, seria muito difícil de alcançar tal meta, além de que em alguns lugares existem inviabilidades técnicas para instalação de abrigos, como calçadas estreitas, o que poderia obstruir a passagem dos transeuntes, caso fosse implantado ali um abrigo. A solução adotada pela secretaria foi de estabelecer demandas para os abrigos,

considerando que geralmente os trajetos das linhas de ônibus costumam ser as mesmas na ida e na volta. Assim foi definida a instalação dos abrigos apenas nos locais de maior necessidade, que são considerados os trajetos de "ida". Pois se o usuário estiver em seu trajeto de "volta", isto é, de retorno, não é necessário o abrigo, pois ele não esperará pelo ônibus.

No caso da SMMADU é utilizada a NBR 9050/2015 como referência para instalação dos mobiliários urbanos. A implantação é norteadada por projetos de revitalização e/ou urbanização fornecidos pela Secretaria ou por iniciativa privada. As áreas contemplam equipamentos de acordo com a demanda solicitada ou recursos destinados para a área.

Em todos os casos foi observado que é comum a solicitação de novos equipamentos por parte dos usuários, a PMU conta com canais de ouvidoria, a solicitação é passada para o setor responsável que dá o parecer favorável ou não à solicitação, porém a implantação dos mobiliários urbanos que partem do setor público são definidos de acordo com recursos e disponibilidade dos equipamentos, portanto "os usuários destes equipamentos não os escolhem e sim lhes é imposto, independentemente de suas preferências. Por isso, o mobiliário deve atender da melhor forma possível as necessidades da população usuária do espaço público em questão" (Marghani, Monteiro e Tanure, 2010).

1.1.7. Da Iniciativa Privada

Em várias cidades é comum a prática da instalação de mobiliários urbanos pela iniciativa privada, um exemplo são as bicicletas públicas implantadas no Rio de Janeiro por iniciativa do banco Itaú. Mais recente, o mesmo equipamento foi implantado na cidade de Uberlândia (Figura 7) por iniciativa da Algar, empresa sediada na cidade. Seguindo essa lógica, a mesma empresa, na sua subdivisão Tech (Algar Tech) implantou abrigo de ônibus metálico (Figura 8) próximo à sua sede que até conta com wi-fi. Segundo a SeTran em sua Diretoria de Transporte, esse tipo de situação é visto com bons olhos, já que através da iniciativa privada o usuário tem mais opções de equipamentos para sua comodidade, inclusive o abrigo de ônibus provido de wi-fi foi citado como um possível equipamento a ser adotado pela prefeitura em um futuro.

Figuras 7 e 8 - Bicletário público em Uberlândia/MG e Abrigo de espera de ônibus instalados pela Algar.

Fonte: Autor

Em caso de loteamentos feitos por parte de empreiteiras, é obrigatório a entrega dos mesmos já providos de infraestrutura necessária como pavimentação e sinalização. De acordo com a SMMADU, recebe demanda da iniciativa privada via requerimento, que geralmente acompanha um projeto de urbanização e/ou revitalização. A secretaria analisa e emite seu parecer favorável ou não. No caso da aprovação, a Secretaria fiscaliza a implantação do mobiliário urbano

com base no projeto apresentado.

1.1.8. Da Manutenção

Devemos entender que todo e qualquer mobiliário urbano deve ser observado com frequência, pois são equipamentos instalados na urbe, que ficam à mercê das intempéries e do tempo, todo objeto tem um período de vida útil, sendo que para que esta seja cada vez maior “é preciso que também haja um processo de manutenção para que, com o passar do tempo, aquele patrimônio não se desgaste afastando seus frequentadores e, conseqüentemente, levando ao uso inadequado e, seguidamente, a sua ‘morte’” (Montenegro, 2005).

Durante as entrevistas, foi percebido que a PMU não dispõe de equipe de fiscalização para manutenção dos equipamentos, sendo que os mesmos são feitos através de requerimentos solicitados à ouvidoria e repassado para o setor pertinente. No caso dos mobiliários urbanos adquiridos e implantados através de licitação pública, também é contemplada a manutenção dos mesmos, porém esta manutenção é referente apenas à reparos dos equipamentos. No caso dos mobiliários produzidos por setores da PMU, o reparo é feito pelos mesmos.

Todo tipo de informação como banners, cartazes, panfletos e afins (Figura 9) que são colados nos mobiliários urbanos são tratados pela PMU como ato de vandalismo, porém ela não dispõe de equipe de fiscalização para tal. Segundo a SeTran em sua Diretoria de Transporte, este tipo de situação fica a cargo do Setor de Postura da cidade, estando previsto no Código de Posturas de Uberlândia. A SMMADU informou que a Secretaria possui a Diretoria de Limpeza Urbana e dispõe de funcionários aptos às funções.

Figura 9 - Abrigo de espera de ônibus encoberto por panfletos

Fonte: Autor

2. Avaliação dos equipamentos

Por definição, entre os mobiliários urbanos existe uma grande quantidade de peças. Pode-se relacionar os postes de iluminação, abrigos de ônibus, acesso ao metrô, cabines telefônicas ou orelhões, placas de sinalização, lixeiras, bancos, esculturas, playgrounds, entre outros. São encontrados em diversas escalas e que interagem com os usuários de forma direta ou indireta, composto assim, por um universo de equipamentos.

Também é importante a compreensão de que no caso do mobiliário urbano, diferentemente do mobiliário doméstico, o usuário não tem poder de escolha das peças que compõem o ambiente urbano, sendo que tais objetos lhes são impostos (Mourthé, 1999;

Montenegro, 2005; John, 2012). Portanto, para projetos de mobiliário urbano deve-se entender e atender as necessidades da população usuária e do espaço público da melhor forma possível.

Conforme Löbach (2001), estes podem ser classificados, como produtos industriais para uso de determinados grupos. Segundo o autor, quando a propriedade destes se dá por grandes grupos de indivíduos que não se conhecem (caso do espaço e dos equipamentos públicos) o uso se dá de forma inadequada e com certa irresponsabilidade. “Normalmente não se tem consciência individual da co-propriedade destes produtos” sendo assim, “as instalações públicas são utilizadas frequentemente de forma irresponsável, devido às relações deficientes com o produto”.

Para o estudo são alvos de análise mobiliários urbanos de escalas mais reduzidas e que tem por função uma interação mais direta com o usuário. Serão avaliados os abrigos de espera de ônibus adotados como padrão na cidade de Uberlândia/MG que são os modelos em concreto e os modelos metálicos, além dos bancos e lixeiras implantados no Parque Linear do Córrego Lagoinha, que foram escolhidos por serem alguns dos equipamentos mais recentes instalados pelo poder público na cidade, sendo que o parque foi inaugurado em 31/08/2016.

Como método de análise foi usada a Ficha de Análise descrita por Munari (2008), relacionando assim os elementos a analisar mais pertinentes ao universo do mobiliário urbano, já que “em certos casos, a análise de apenas alguns elementos será suficiente”. Os elementos de análise aqui utilizados são: dimensões, material, funcionalidade, manutenção, ergonomia, acabamento, durabilidade, estética, valor social e essencialidade. A avaliação é pensada como uma “abordagem isolada dos elementos, nos permite uma análise comparativa dos aspectos formais, ergonômicos do ponto de vista interfacial e de integração” (Mourthé, 1999).

A análise feita pelo autor como forma de verificar *in-loco* a qualidade dos equipamentos propostos para as situações acima citadas teve por objetivo elencar alguns pontos em que os objetos são bem resolvidos e outros pontos que merecem melhor atenção em projetos futuros, sendo ranqueados como:

- Bom: quando o ponto avaliado é bem resolvido por si só e dispensa algum tipo de adequação projetual;
- Mediano: quando o ponto avaliado cumpre com seus objetivos porem cabe melhora no que diz respeito à adequação projetual;
- Ruim: quando o ponto avaliado não resolve bem o que lhe é proposto sendo preciso ser revisto em futura adequação projetual.

Para tanto, foi criado um quadro com os elementos de análise pontuando a qualidade dos mobiliários urbanos analisados e posteriormente uma breve análise de cada elemento indicando os motivos das qualificações atribuídas.

Quadro 02 – Avaliação dos Mobiliários Urbanos em Uberlândia/MG

Elementos de Análise		DIMENSÕES	MATERIAL	FUNCIONALIDADE	MANUTENÇÃO	ERGONOMIA	ACABAMENTO	DURABILIDADE	ESTÉTICA	VALOR SOCIAL	ESSENCIALIDADE
Mobiliários Urbanos
M	M	R	M	R	R	B	M	M	B
M	M	M	B	R	B	B	M	R	B
M	M	B	M	B	R	B	R	R	B
B	R	B	B	B	B	R	M	R	B
R = Ruim		M = Mediano					B = Bom				

Fonte: Autor

2.1. Dimensões

Todos os equipamentos em si são produzidos em dimensões padrões, que atendem a diversos tipos de pessoas independente de estatura e peso. O problema fica por conta da implantação, que em alguns casos é feita em terreno acidentado e o mesmo não é devidamente preparado para receber o mobiliário urbano, sendo que é comum ver na cidade abrigos de espera de ônibus com bancos baixos ou altos por conta de inclinação de calçadas ou até por instalação em lugares sem infraestrutura necessária. Quanto às lixeiras, esse problema não acontece com tanta frequência por ter sua estrutura fixada em um único ponto.

2.2. Material

Os materiais utilizados nesses equipamentos são o concreto e o metal, são bons materiais em relação à durabilidade, porém o concreto dificulta a manutenção do equipamento, sendo que dependendo do dano sofrido não é possível o reparo, sendo necessária a troca, já o metal é mais maleável no que diz respeito à manutenção, porém em uma região com bastante incidência de sol, caso de Uberlândia, é um material que retém calor podendo ser desconfortável ao usuário. No caso da lixeira, é usada uma tela metálica em seu cesto, tal material é bastante sensível à

deformação e foi possível identificar no local que quase todas as lixeiras encontram com o cesto amassado, o que levando em consideração a inauguração do parque (final de 2016) a menos de dois anos, é um equipamento que se deformou rapidamente.

2.3. Funcionalidade

Todos os mobiliários urbanos analisados cumprem suas funções, no caso dos abrigos de ônibus, o abrigo de concreto não tem nenhuma proteção a não ser a cobertura, já o metálico conta com uma proteção posterior, nenhum deles conta com iluminação, levando em consideração que a iluminação pública dos postes vem de alturas superiores aos abrigos de ônibus, sendo assim, a própria cobertura dos equipamentos os tornam escuros, os bancos do abrigo de ônibus de concreto não contam com encosto, o que os tornam desconfortáveis em longas esperas, já nos metálicos o encosto é presente. Os bancos possuem encosto e uma certa inclinação que os tornam mais confortáveis, o problema é a instalação em alguns pontos em que não se tem uma proteção do sol, porém foi observado que a maior parte deles foi implantado próximos de árvores que os protegem do sol. As lixeiras cumprem bem a função, porém são em sua maioria implantadas ao lado dos bancos, o que dependendo dos dejetos lançados nelas podem gerar odor desconfortável.

2.4. Manutenção

No caso da manutenção, os equipamentos metálicos são mais eficientes, sendo compostos por partes que podem ser retiradas e feitas as devidas manutenções serem recolocadas. Já os de concreto não conseguem ter uma eficiência tão grande quanto à manutenção pela rigidez do material, que dependendo do dano não pode ser reparado e toda a peça deve ser substituída. A lixeira possui um mecanismo de rotação que facilita a retirada do lixo.

2.5. Ergonomia

Ergonomicamente os abrigos de espera de ônibus não são eficientes por motivos já acima citados, como no caso do abrigo de concreto não possuir encosto em seus bancos e ser desprovido de proteção posterior e laterais, no caso do abrigo metálico seu material pode reter calor em dias quentes o tornando desconfortável para o usuário, além do fato de ambos não possuírem iluminação. O banco possui boa inclinação e dimensões adequadas, implantado da forma correta atende com conforto sua função, o mesmo pode ser dito da lixeira, que tem dimensões adequadas e mecanismo que facilita sua manutenção.

2.6. Acabamento

Os mobiliários urbanos feitos em concreto não possuem bons acabamentos, podendo ser percebidos rebarbas das formas e lascas em suas quinas. Os metálicos possuem acabamentos bons e duráveis se mantidos da forma correta.

2.7. Durabilidade

Todos os mobiliários urbanos analisados são produzidos em materiais com longa duração se mantidos corretamente, porém a lixeira possui uma malha metálica sensível a deformações, que é durável no que diz respeito à funcionalidade, mas não quanto a estética.

2.8. Estética

Os abrigos de espera de ônibus e lixeiras são equipamentos que não foram desenvolvidos

especificamente para a cidade de Uberlândia, que não trazem à cidade uma linguagem visual própria, porém são equipamentos bem resolvidos para atenderem suas funções. Os bancos são muito rudimentares e simplificados, não trazem uma estética de embelezamento, apenas funcional.

2.9. Valor Social

Nenhum dos mobiliários urbanos analisados possuem desenho especificamente criado para a cidade de Uberlândia, o que não traz a sensação de pertencimento e a cativação por parte dos usuários, porém, o abrigo de espera de ônibus de concreto, por ser um equipamento difundido na cidade por diversos anos, já traz consigo uma imagem com um valor social.

2.10. Essencialidade

Todos os mobiliários urbanos analisados trazem consigo o essencial para seu funcionamento, sem exageros.

Considerações Finais

“Os elementos do mobiliário urbano devem guardar na sua configuração certa correspondência, fazendo com que cada um deles seja entendido não apenas como um objeto específico, mas como pertencente a uma mesma “família” que contribui para a sociabilização do espaço público e adequa-se as funções e ao contexto local” (Montenegro, 2005)

Com a citação acima podemos dizer que para uma eficácia no que diz respeito ao mobiliário urbano em uma cidade, deve-se entender que estes equipamentos guardam em si uma mesma essência, que os caracterizem como uma “família” e para isso, eles devem ser tratados de forma igual, surgindo assim uma dúvida: No caso de Uberlândia (MG), a iniciativa pública é eficiente em seus processos de projeto e gestão do mobiliário urbano? Talvez seja em cidades que em seu poder público contemplem um setor específico para o assunto, ou que seja dispersado em diversos setores, mas com diretrizes em comum, que em algum momento os avalie de forma igualitária para manterem sua essência, além de que sua manutenção deve ser feita com eficácia e assim, contribuir para uma paisagem urbana mais agradável no que diz respeito a imagem.

No decorrer das entrevistas foi observado que o assunto mobiliário urbano é disperso dentro da PMU, sendo que cada setor é responsável pelo equipamento que lhe cabe, porém, a comunicação entre estes setores não é eficaz e, também, o assunto não passa por um setor específico para o seu controle, inclusive não se passa nem pela Secretaria de Planejamento Urbano (SePlan). Não é existente um regimento, uma norma ou diretrizes a respeito do assunto, ocasionando a gestão falha no que diz respeito a mobiliário urbano.

Em Uberlândia, é válido ressaltar que já foi tentada por algumas vezes a implantação de projetos para a adoção de novos equipamentos que para além de sua função, também contribua para o “embelezamento” da cidade, porém não levados adiante, algumas de suas razões são verbas curtas para os setores responsáveis e conflitos políticos entre governos diferentes que “engavetam” projetos de governo anteriores. No caso da última, vale ressaltar o conflito que se dá entre identidade da cidade *versus* identidade do governo ou gestão.

No caso dos equipamentos avaliados, podemos perceber que eles cumprem suas funções quando instalados de forma coerente porém não de forma tão eficiente, além de serem equipamentos que não contribuam para a imagem da cidade, não integrando uma “família de

mobiliários urbanos que venham a ser objetos de identidade da cidade. Percebe-se, por exemplo, que os materiais predominantes destes equipamentos são o metal e concreto, materiais que trazem consigo suas vantagens e desvantagens, o que nos importa aqui é entender como os projetos destes conseguiram, ou não, driblar suas desvantagens ainda que pudessem usar todas as vantagens de cada material para o arranjo bem definido do design. O sucesso deste processo influencia diretamente vários outros elementos de análise, assim como estes outros influenciam na escolha do material, sendo imprescindível que no ato de projeto todas as questões referentes ao design de produto, especificamente aqui falando do mobiliário urbano, devem estar de acordo e inter-relacionados.

Deve-se entender a avaliação crítica dos mobiliários urbanos da cidade como benéficas, pois assim como as questões abordadas como critérios de análise para investigar sobre os mobiliários urbanos pela ótica da PMU, podem servir de subsídio para a criação de diretrizes que contribuam tanto para a prática projetual, assim como para a gestão adequada dos equipamentos, incluindo o que se propõe a iniciativa pública tanto quanto a iniciativa privada, trazendo assim a essência que os caracterizem como uma “família”, contribuindo para o conforto dos cidadãos ao mesmo tempo que traz identidade e embelezamento ao espaço público.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.
- BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Lei de promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, 20 dez. 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 4. ed. 2002.
- JOHN, Naiana; REIS, Antonio T. **Percepção, estética e uso do mobiliário urbano**. Florianópolis, 2010.
- JOHN, Naiana. **Avaliação estética do mobiliário urbano e do uso de abrigos de ônibus por cadeirantes**. Dissertação (Dissertação Arquitetura e Urbanismo) - UFRGS. Porto Alegre, 2012.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- LÖBACH, Bernd. **Design industrial - Bases para a configuração dos produtos industriais**. Tradução de Freddy Van Camp. São Paulo: Editora Blucher, 2001.
- MARANHO, Mariana Ciminelli; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de. **O lazer no contexto do espaço público: algumas aproximações**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 21, Nº 216, mai. 2016.
- MARGHANI, Viviane Gaspar Ribas El; MONTEIRO, Fernanda Cândido Figueiredo; TANURE, Raffaella Leane Zenni. **Avaliação do mobiliário urbano com ênfase na acessibilidade**. Revista Ação Ergonômica, vol. 5, nº 1, 2010.
- MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **A PRODUÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O desenho do Mobiliário Urbano nos Projetos de Reordenamento das Orlas do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Dissertação Arquitetura e Urbanismo) - UFRN. Natal, 2005.
- MOURTHÉ, Claudia Rocha. **ESTUDO COMPARATIVO DO MOBILIÁRIO URBANO EM CIDADES BRASILEIRAS: Belo Horizonte, Curitiba e Salvador**. Resumo da dissertação de Mestrado – Salvador, 1999.
- MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. Tradução de José Manuelde Vasconcelos. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- TESSARINE, José Benedito. **O Mobiliário urbano e a Calçada**. Dissertação (Dissertação Arquitetura e Urbanismo) - USJT. São Paulo, 2008.
- UBERLÂNDIA, Lei Nº 10.686, de 20 de dez. DE 2010. **Estabelece as diretrizes do sistema viário do Município de Uberlândia, revoga os dispositivos legais que menciona e dá outras providências**. Uberlândia, dez. 2010.